



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Fundo Municipal de Saúde, 11.292.383/0001-35



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Danilo Oliveira Feitosa



Problema Resumido

Falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão devido à disparidade entre os repasses federais e os ressarcimentos relacionados aos serviços do SUS.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão é um problema que demanda atenção imediata e precisa ser abordado com a seriedade que o contexto exige. O principal entrave está na disparidade entre os valores efetivamente repassados pela União ao município para a execução dos serviços de saúde, e os valores exigidos a título de ressarcimento em diferentes situações em que os serviços do SUS são utilizados.

Os repasses realizados pela União aos municípios são calculados com base na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos valores são notoriamente baixos e muitas vezes não cobrem integralmente os custos dos procedimentos realizados. No entanto, quando a União requer o ressarcimento por atendimentos prestados a usuários com planos de saúde, ela utiliza tabelas como a TUNEP e a IVR, que estipulam valores muito mais altos para os mesmos procedimentos. Essa incoerência provoca um desequilíbrio financeiro injustificável para o município, que acaba devolvendo valores superiores àqueles que, de fato, recebeu — configurando, assim, enriquecimento sem causa por parte da União.

Esse descompasso afeta diretamente a capacidade da administração municipal de manter e aprimorar os serviços de saúde oferecidos à população. Recursos que poderiam ser aplicados em





melhorias estruturais, contratação de profissionais, aquisição de medicamentos e insumos são comprometidos, impactando negativamente a qualidade do atendimento à população local.

É essencial destacar que o problema não decorre de falhas na gestão municipal ou de insuficiência nos repasses por parte da União, mas sim de um critério desproporcional e injusto no cálculo do ressarcimento. A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, e práticas como essa colocam em risco a efetivação desse direito, especialmente em municípios de menor porte, como Solidão.

Dessa forma, torna-se urgente a revisão dos critérios de ressarcimento utilizados pela União, de forma que respeitem a proporcionalidade e a realidade financeira dos entes municipais. A correção dessa distorção é fundamental para restabelecer a justiça fiscal e garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população de Solidão.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A definição de requisitos para a contratação visando solucionar a falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão deve ser precisa e orientada às necessidades reais do município. Os requisitos abaixo visam garantir que a solução contratada contribua efetivamente para o fortalecimento da sustentabilidade financeira do sistema de saúde local, atendendo aos princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei 14.133/21. Requisitos a serem atendidos pela solução contratada:

Qualificação profissional:

Formação superior em Direito; e regular inscrição na OAB.

Experiência mínima:

Experiência comprovada de, no mínimo, **2 (dois) anos** em consultoria ou assessoria a entes públicos em temas relacionados a financiamento do SUS, ressarcimento à União, tabelas SUS/TUNEP/IVR, ou controle de legalidade de cobranças administrativas;

Atuação em **contestações administrativas ou judiciais** de ressarcimentos no âmbito do SUS será considerada diferencial.

Escopo dos serviços a serem prestados:

Levantamento e análise de notificações de ressarcimento emitidas pela União;

Verificação da compatibilidade dos valores exigidos com os valores efetivamente repassados;





- Elaboração de parecer técnico e jurídico apontando eventual enriquecimento sem causa;
- Preparação de defesas, recursos administrativos ou peças judiciais, se necessário;
- Proposição de medidas preventivas de gestão para evitar futuras distorções nos processos de ressarcimento.

Entrega e relatórios:

- Relatório técnico inicial com diagnóstico da situação atual no prazo de até 30 dias;
- Relatórios mensais de acompanhamento com status das contestações e estratégias adotadas;
- Relatório final com consolidação dos resultados e recomendações para aprimoramento da gestão financeira da saúde.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções Disponíveis:

1. **Contratação de Escritório de Advocacia Especializado**

- Vantagens:
 - Expertise específica em direito público e saúde, possibilitando estratégias assertivas para maximizar recuperação de valores.
 - Acesso a uma equipe multidisciplinar que pode abordar diferentes aspectos jurídicos e administrativos do problema.
 - Maior capacidade de conduzir ações judiciais e administrativas com eficiência, podendo encurtar prazos processuais.
- Desvantagens:
 - Custos elevados com honorários, que podem variar significativamente.
 - Dependência da colaboração do escritório para execução das ações, o que pode gerar ineficiência se não houver boa comunicação.
 - Necessidade de disponibilização de informações e documentos pela administração pública, o que pode ser um desafio logístico.

2. **Criação de Equipe Interna de Advogados**

- Vantagens:
 - Redução de custos de longo prazo, pois os salários são fixos e não dependem de remuneração variável por serviços prestados.
 - Controle interno sobre as estratégias adotadas, permitindo rápida adaptação às demandas emergenciais.





- Intimidade com a rotina administrativa e melhor alinhamento às necessidades específicas do município.

- Desvantagens:

- Tempo elevado para formação da equipe, incluindo seleção, treinamento e aclamação a processos internos.

- Dificuldade em abarcar todos os casos simultaneamente, especialmente se a demanda por ações aumentar.

- Falta de especialização intensa que escritórios externos poderiam oferecer, resultando em menos eficácia em algumas situações.

3. **Adoção de Uma Consultoria em Gestão de Contratos Públicos**

- Vantagens:

- Fornecimento de diretrizes e melhores práticas para otimizar a contratação e gestão de serviços, promovendo maior eficiência.

- Orientação na elaboração de acordos que aumentem as chances de ressarcimentos eficientes e ágeis.

- Possibilidade de implementação de sistemas e tecnologias que aprimorem o acompanhamento e fiscalização dos contratos.

- Desvantagens:

- Custo adicional para a consultoria, que pode ser significativo dependendo da extensão dos serviços.

- Necessidade de integração com a equipe interna, o que pode gerar resistência ou confusão nas responsabilidades.

- Não substitui a necessidade de ações legais; apenas contribui para a melhoria da gestão contratual.

4. **Proposição de Acordo ou Conciliação com Entidades Federais**

- Vantagens:

- Potencial para resolução mais rápida do passivo existente, evitando judicialização prolongada e seus custos.

- Aproximação das partes envolvidas pode facilitar entendimentos relativos a repasses e ressarcimentos, com cooperação mútua.

- Possível redução de custos com processos judiciais, que são frequentemente extensos e dispendiosos.

- Desvantagens:

- Sujeição à discricionariedade das entidades federais, o que pode limitar o alcance e a efetividade dos acordos.

- Necessidade de negociação contínua, que exige tempo e recursos da equipe da Prefeitura.

- Risco de que os acordos não sejam cumpridos, levando a nova disputa.

5. **Implementação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação de Receitas e Despesas do SUS**

- Vantagens:

- Melhor visibilidade sobre fluxos financeiros, permitindo uma gestão proativa dos recursos.

- Facilita a identificação de desvios e inconsistências nos repasses, sustentando futuras ações legais e negociações.





- Proporciona bases para tomadas de decisões estratégicas na gestão da saúde pública.
- Desvantagens:
 - Necessidade de investimento inicial alto em tecnologia e capacitação de pessoal.
 - O benefício pode demorar para se manifestar, tornando-se uma solução de médio a longo prazo.
 - Dependência de infraestrutura tecnológica que pode não estar disponível atualmente no município.

Análise Comparativa:

- Soluções com enfoque direto em ação judiciária (Escritório de Advocacia) podem garantir resultados rápidos, mas trazem altos custos iniciais e permanentes.
- Soluções internas (Equipe de Advogados) oferecem controle, mas são limitadas por capacidade e tempo de implementação.
- Consultorias acrescentam valor à operação mas geralmente demandam investimentos substanciais.
- As abordagens colaborativas (Acordo ou Conciliação) apresentam o potencial de soluções mais amigáveis, contudo, dependem muito da disposição das entidades federais.
- A implementação de sistemas é uma abordagem sustentável a longo prazo, mesmo que a construção da infraestrutura possa levar tempo e exigir investimentos significativos.

Cada uma das soluções deve ser avaliada à luz dos objetivos específicos da Prefeitura de Solidão, considerando não somente viabilidade técnica e financeira, mas também a possibilidade de uma gestão integrada e eficiente que favoreça a saúde pública.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de um escritório de advocacia especializado para enfrentar a falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão se justifica por diversos aspectos técnicos e operacionais que são essenciais para garantir uma solução eficaz ao problema identificado.

Primeiramente, um escritório de advocacia especializado possui conhecimento técnico profundo na legislação pertinente ao Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo uma atuação focada e estratégica na obtenção de ressarcimentos e na compensação das discrepâncias financeiras oriundas dos repasses federais. Esse desempenho é crucial, pois o contencioso relacionado à saúde é complexo e exige uma análise minuciosa de contratos, laudos e normas que regulam os serviços prestados. A expertise do escritório garantirá não apenas uma abordagem mais eficiente, mas também maior probabilidade de sucesso nas demandas judiciais e administrativas, resultando em receitas adicionais para a Prefeitura.

Além disso, a compatibilidade e a facilidade de implementação da solução escolhida são fatores decisivos. O escritório de advocacia pode atuar em regime de colaboração com a equipe já existente na Prefeitura Municipal, otimizando processos e integrando-se rapidamente à rotina administrativa. Essa sinergia permite que a gestão da saúde pública beneficie-se de estratégias bem fundamentadas,





sem interrupções significativas nas operações do dia a dia, garantindo agilidade e continuidade nos serviços de saúde.

Os benefícios operacionais relacionados à manutenção e suporte oferecem ainda mais vantagens à escolha do escritório. Com uma equipe dedicada, a Prefeitura poderá contar com atendimento contínuo e um acompanhamento regular das ações jurídicas em andamento. Isso se traduz em um fluxo constante de informações e relatórios sobre o status das demandas, melhorando a transparência e a comunicação interna. Além disso, a escalabilidade da solução permite que o escritório amplie sua atuação conforme as necessidades emergentes da saúde pública, adaptando-se a diferentes situações que possam surgir.

Em termos de viabilidade econômica, a contratação de um escritório de advocacia especializado apresenta um excelente custo-benefício. O investimento inicial será compensado pelo potencial aumento de receitas decorrente dos ressarcimentos dos serviços prestados pelo SUS e pelos ganhos em eficiência na gestão financeira da saúde. Espera-se que, ao recuperar valores não ressarcidos, a Prefeitura tenha uma melhora significativa em seu fluxo de caixa, possibilitando a reinvestimento em outras áreas cruciais da saúde pública. Dessa forma, além de sanar a questão imediata do desequilíbrio financeiro, a solução proposta contribui para a sustentabilidade da política de saúde no longo prazo, promovendo uma gestão mais robusta e responsável.

Por fim, com o proveito da ação, que seja determinado à União que efetue uma ampla revisão dos valores pagos pela tabela Sistema Único de Saúde (SUS), de forma a se restabelecer o equilíbrio dos valores do contrato, utilizando-se, para tanto, os índices que serão apurados em fase de liquidação de sentença e com a devida observância da garantia de uma remuneração que garanta a qualidade mínima dos serviços prestados.

Portanto, a escolha pela contratação de um escritório de advocacia especializado não apenas endereça o problema da disparidade entre os repasses federais e os ressarcimentos ao SUS, mas também representa uma estratégia coerente com os princípios de eficiência, viabilidade e interesse público, assegurando melhores condições para a saúde da população de Solidão.



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	contratação de escritório de advocacia, para a prestação dos serviços especializados judiciais por meio de ação de conhecimento e posterior execução, liquidação consensual ou acordo judicial ou administrativo	meses	12,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total				R\$ 0,00	





PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada devido à natureza continuada e integrada dos serviços jurídicos que serão prestados pelo escritório de advocacia especializado. A complexidade das demandas relacionadas aos repasses federais e ressarcimentos do SUS exige um atendimento constante e coordenado, o que dificulta a fragmentação dos serviços em etapas ou parcelas. A atuação eficiente e rápida é essencial para garantir o equilíbrio financeiro da saúde pública em Solidão, o que pode ser comprometido se a contratação for dividida em partes.

Além disso, o parcelamento poderia acarretar desafios operacionais significativos, como a coordenação entre diferentes profissionais contratados em momentos distintos, resultando em possíveis lacunas no acompanhamento dos casos e no aproveitamento das oportunidades de recuperação de valores. Essa descontinuidade poderia atrasar a resolução de demandas judiciais e administrativas, impactando negativamente o fluxo de recursos para a saúde no município. Por conseguinte, a ausência de um atendimento jurídico contínuo não asseguraria a urgência necessária para lidar com os mecanismos legais de defesa do interesse público.

Por fim, ao optar pela contratação não parcelada, estará garantido um atendimento mais eficiente e ágil, o que se traduz em maior celeridade na resolução dos entraves financeiros enfrentados pela saúde pública em Solidão. A entrega de um serviço coeso e integrado se alinha diretamente ao interesse público e à missão da administração municipal de promover melhorias efetivas na saúde da população, maximizando o retorno sobre o investimento feito na contratação dos serviços jurídicos.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de um escritório de advocacia especializado visa solucionar o problema do desequilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão, ao buscar a revisão dos valores pagos pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa solução se mostra economicamente vantajosa, pois permite que o município recupere valores significativos que estão sendo subavaliados pelos repasses federais. A ação proposta é uma maneira de maximizar o custo-benefício. Assim, espera-se um retorno financeiro que poderá ser reinvestido na saúde pública local, garantindo melhor atendimento à população.

Além da economicidade, a escolha por essa solução propõe um aproveitamento eficiente dos recursos humanos. Ao contar com profissionais especializados, a Prefeitura Municipal de Solidão poderá liberar sua equipe interna para outras atividades essenciais que não necessitam de expertise jurídica. Desta forma, a Administração Pública pode focar seus esforços em áreas estratégicas enquanto garante que as questões legais complexas sejam tratadas de forma adequada e eficaz.

Quanto aos recursos materiais e financeiros, a contratação do escritório de advocacia levará a uma melhor alocação desses bens. Os recursos economizados com a recuperação dos valores do SUS





deverão ser aplicados diretamente em ações de saúde, proporcionando um impacto negativo menor nos serviços oferecidos à comunidade. Assim, esse investimento em assessoria jurídica representa um passo importante para restabelecer o equilíbrio financeiro da saúde pública, aumentando a eficiência nos gastos públicos.

Em resumo, a opção pela contratação de um escritório de advocacia especialista representa uma estratégia clara de economicidade e racionalização dos recursos disponíveis, resultando em benefício direto para a população de Solidão e promovendo a sustentabilidade financeira da saúde pública municipal.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para abordar a falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão, considerando a contratação de um escritório de advocacia especializado, é essencial que a Administração publique um estudo técnico preliminar que contemple providências operacionais e estruturais específicas. Primeiramente, recomenda-se a realização de um diagnóstico detalhado sobre a situação atual dos repasses federais e dos ressarcimentos do SUS. Isso permitirá compreender as causas das disparidades financeiras e servirá como base para as ações do escritório contratado.

Outra providência relevante é a elaboração de um plano de trabalho que defina claramente os objetivos, as metas e os resultados esperados da atuação do escritório de advocacia. Este plano deve incluir a identificação de possíveis litígios existentes, avaliação de pendências relacionadas aos repasses e o mapeamento de oportunidades de ressarcimento. A definição de indicadores de desempenho para acompanhar a eficácia da atuação do escritório também é fundamental, assegurando que os serviços prestados atendam às expectativas da prefeitura.

Ademais, é imprescindível que a contratação esteja acompanhada de profissionais da equipe da Prefeitura capacitados nas áreas jurídicas e de gestão da saúde, prevendo a necessidade de treinamentos específicos sobre legislação relacionada ao SUS e práticas de fiscalização de contratos. Essa capacitação deve ser justificada pela complexidade das normas aplicáveis e pela importância de uma gestão eficaz e ágil na resolução de questões jurídicas.

Por último, sugere-se o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação entre a Prefeitura e a equipe do escritório de advocacia, com reuniões periódicas e relatórios de progresso que possibilitem a análise contínua e ajustes nas ações propostas, promovendo assim uma revisão constante da atuação contratual e garantindo o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis. Essas providências não apenas contribuirão para a solução do problema identificado, mas também promoverão uma administração mais eficiente e responsável na gestão da saúde pública em Solidão.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS





A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes na etapa preliminar do estudo técnico para a Prefeitura Municipal de Solidão revela que não há necessidades adicionais antes da contratação do escritório de advocacia especializado. A solução proposta, focada na contratação desse escritório, visa resolver a questão do desequilíbrio financeiro no custeio da saúde pública, especificamente em relação a repasses federais e ressarcimentos do SUS.

Considerando a natureza da atuação do escritório de advocacia, sua função será exclusivamente prestar assistência legal e consultoria em demandas relacionadas às receitas da saúde, sem a necessidade de contratações adicionais que possam depender tecnicamente dessa solução. Não são indicadas contratações para serviços de manutenção ou adequações prediais, já que a atividade do escritório se dá em um âmbito jurídico e administrativo e não exige modificações operacionais ou estruturais nas unidades de saúde.

Dessa forma, entende-se que a solução de contratação do escritório de advocacia é autossuficiente e efetiva para atender à demanda identificada, não sendo imprescindível qualquer outro serviço ou apoio que possa estar concomitantemente atrelado ao tema abordado. Portanto, conclui-se que a decisão de avançar com essa contratação está plenamente justificada, pois tal medida se reveste de singularidade quanto às soluções requeridas para enfrentar o problema específico identificado.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de um Escritório de Advocacia Especializado para resolver questões relacionadas à falta de equilíbrio financeiro no custeio da saúde pública em Solidão pode apresentar alguns impactos ambientais, embora estes sejam menos evidentes do que em projetos de construção ou fabricação. No entanto, a atuação desse escritório implicará em uma série de atividades que podem gerar impactos diretos e indiretos e, portanto, é importante considerar medidas mitigadoras.

Um dos principais impactos potenciais é o consumo excessivo de papel, devido à produção de documentos jurídicos, relatórios e comunicações. Para mitigar esse impacto, é recomendado adotar políticas de impressão responsável, como o uso de impressão frente e verso, utilização de papéis reciclados e, sempre que possível, priorizar a comunicação digital. A digitalização de documentos deve ser incentivada, assim como o armazenamento em nuvem, que reduz a necessidade de espaço físico e contribui com a eficiência energética pelos menores custos em infraestrutura.

Além disso, o funcionamento do escritório pode acarretar um aumento no consumo de energia elétrica através da utilização de equipamentos eletrônicos, iluminação e climatização. É aconselhável utilizar tecnologias de baixo consumo energético, como lâmpadas LED, sistemas de automação para controle de iluminação e temperatura, além de incentivar a prática de desligar equipamentos quando não estão em uso. Adicionalmente, a análise de contratos com fornecedores de energia que utilizam fontes renováveis pode melhorar a eficiência e reduzir a pegada de carbono do escritório.

No tocante ao deslocamento para reuniões e audiências, é importante considerar o uso consciente de combustíveis fósseis. Assim, medidas como a promoção do carona solidário entre os





colaboradores, preferência por reuniões virtuais e a utilização de transporte público podem ser efetivas na redução de emissões de gases de efeito estufa.

Por último, a questão da logística reversa se refere ao desfazimento adequado de bens e resíduos gerados pela atividade do escritório. Na prática, isso pode incluir a coleta seletiva de materiais recicláveis, o descarte correto de equipamentos eletrônicos obsoletos, garantindo que eles sejam levados a centros de reciclagem adequados. Também é viável estabelecer parcerias com empresas que promovam a coleta de resíduos, contribuindo assim para a economia circular e a redução de impactos ambientais.

Essas medidas não apenas ajudam a minimizar os impactos ambientais associados à atividade do escritório de advocacia, mas também refletem um compromisso com a responsabilidade social e sustentabilidade, importante para a imagem institucional tanto do escritório quanto da Prefeitura Municipal de Solidão.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Solidão - PE, 14 de Maio de 2025

Danilo Oliveira Feitosa
Assessor de Planejamento

